



Paulo Alexandre Coelho



Paulo Alexandre Coelho



1 Luís Laginha de Sousa, presidente da NYSE Euronext Lisbon. 2 Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos. 3 Abel Sequeira Ferreira, director da Associação Nacional de Emitentes.

Paulo Figueiredo



Sector financeiro unido contra a aplicação da taxa Tobin em Portugal

Responsáveis alertam para os efeitos negativos que este imposto provocará no mercado.

Margarida Vaqueiro Lopes
margarida.lopes@economico.pt

O debate que a NYSE Euronext Lisbon organizou sobre a aplicação da taxa Tobin teve muito pouco de debatível. Perante um auditório relativamente composto, os vários responsáveis e especialistas do sector financeiro apontaram todos na mesma direcção: um imposto sobre transacções financeiras vai provocar uma redução de liquidez nos mercados, os seus custos vão, provavelmente, ser passados para os consumidores e ainda incentiva a fuga de capitais para outros países.

“Não pretendemos ter uma posição contra qualquer autoridade ou entidade”, sublinhou Luís Laginha de Sousa. “Mas nestas matérias é importante mastigar antes de engolir”, referiu o presidente da bolsa nacional, justificando as constan-

tes discussões e reflexões que têm sido realizadas em torno do tema. Recorde-se que, na quinta-feira, a Comissão Europeia aprovou a proposta definitiva para a aplicação deste novo imposto nos 11 países que aderiram, no âmbito do mecanismo de cooperação reforçada, entre eles Portugal.

“Tratar de forma justa não é tratar tudo da mesma maneira. É tratar diferente o que é diferente. Portanto não é desadequado procurarmos tratamento que seja justo nesta matéria”, acrescentou.

Também Faria de Oliveira reiterou as suas dúvidas em relação a esta taxa: “O que é mais prioritário?”, questionou o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) durante o painel em que participou. “Ter uma receita fiscal adicional cujo beneficiário não se sabe bem ainda quem é ou ter

uma carga fiscal que seja atractiva para o investimento?”. E continuou, notando que “os exemplos da aplicação deste imposto que se registaram no mundo são exemplificativos do impacto que este imposto poderá ter”, referindo-se aos casos da Suécia e do Japão - que

“

O sistema financeiro do eurosistema fica em desvantagem em relação ao resto do mundo.

Faria de Oliveira
Presidente da APB

entretanto desistiram da medida - e mais recentemente, do caso francês, que também não tem apresentado resultados muito positivos. “O sistema financeiro do eurosistema fica em desvantagem em relação ao resto do mundo”, avisou.

No mesmo sentido, Luís Correia da Silva, director da Oxera, explicava que “isto é um imposto sobre a capacidade produtiva da economia. Isso significa que vai haver menos actividade económica e menos receitas no futuro”. E avisou ainda que “a Comissão Europeia não está a ver que com a redução na actividade económica vai ter menos receitas no futuro e é isso que me preocupa. Dentro de quatro ou cinco anos as receitas líquidas [desta taxa] podem ser muito menores do que as estimadas. Podem mesmo ser negativas”, concluiu.

Abel Sequeira Ferreira vai

mais longe e afirma que “o imposto que tem sido apresentado está assente num conjunto de falácias, preconceitos e equívocos”. E, resumindo, explica que “não há empresas sem financiamento. Não há financiamento sem investimento. E este imposto afasta os investidores das empresas portuguesas”.

Uma ideia partilhada por Laginha, que voltou a afirmar que “este imposto pode trazer grandes perdas para a bolsa nacional”. E, em jeito de conclusão, o presidente da Euronext Lisbon salientou que “é importante, durante os próximos meses, apresentar propostas alternativas que atinjam os mesmos objectivos que o imposto sobre transacções financeiras. Este aumento de impostos vai provocar menos liquidez nos mercados, e consequentemente aumentar os custos do capital”, sublinhou. ■